



Seminário do Sintfesp esclarece dúvidas de servidores

O SINTFESP GO/TO realizou no dia 19 de outubro, o 2º Seminário da Carreira e a Avaliação de Desempenho do INSS. O evento, que aconteceu no auditório Carlos Eurico da Câmara Municipal de Goiânia, reuniu dezenas de servidores de várias partes de Goiás e até de outros estados, como por exemplo, o diretor do SINDIPREV/SE, Isac Silveira e Adão Pereira Alves do SINDIPREV/DF. O seminário teve o objetivo de ampliar o debate sobre a proposta de carreira apresentada aos servidores do INSS, além de proporcionar espaço para o diálogo e construção da proposta de carreira dos servidores do Seguro Social.

O evento começou com a exposição do representante da CNTSS no Comitê Gestor Nacional de Avaliação de Desempenho, o CGNAD, Davi Eduvirges, contextualizando a avaliação de desempenho sob a ótica dos servidores. A diretora do Sintfesp GO/TO e vice presidente da CNTSS, Terezinha Aguiar, próxima expositora, apresentou o relatório do GT – Portaria 238 de Abril.

No seminário o advogado e assessor jurídico do Sintfesp, Luis Fernando Silva destacou que houve avanços importantes no Relatório Final do GT, quando ele reconhece a necessidade de agrupamento de cargos, introduz incentivo a qualificação profissional e funcionamento das APS em dois turnos de seis (06) horas. Porém, segundo ele, ainda é preciso aprofundar as discussões que tratam da relação entre o maior e menor valor da remuneração, a situações de desvios de função e a valorização dos servidores. Luis Fernando Silva concluiu que é fundamental discutir mecanismos que concilie incentivo e desempenho profissional. Por fim, ele lembrou que é importante prever a incorporação da GAE ao vencimento básico. Ao final do seminário o advogado ainda respondeu as dúvidas de vários servidores.

Na avaliação da diretoria do Sintfesp o Seminário foi positivo já que informou e esclareceu os servidores de todas as negociações envolvendo políticas de formação, desenvolvimento e valorização profissional, além das diretrizes do Plano de Carreira, Cargos e Remunerações de Servidores do INSS.

MAURO HAUSCHID CHAMA A CNTSS PARA DISCUTIR AS 30 HORAS

A assessoria de imprensa do presidente do INSS, Mauro Hauschid agendou com a CNTSS uma reunião para a Quinta feira, dia 10 de novembro, as 11 horas, no Gabinete do Ministro da Previdência, Garibaldi Alves paratratar da implantação dos dois turnos de seis (06) horas, 30 hs, nas APS. Estarão representando a direção da CNTSS a vice presidente Terezinha de Aguiar e o representante da Coordenação dos Federais, Sandro Alex Cezar.

Outra vitória marca a luta pelas 30 horas**Sintfesp discute injustiças no PL 2203**

Ha mais de 60 dias os servidores do Ministério da Saúde, cedidos a Secretaria Estadual de Saúde, estavam sendo obrigados a cumprir 40 horas semanais no Hospital Geral de Goiânia (HGG). O assunto foi tema de reunião no dia 13 de outubro, entre os diretores do SINTFESP-GO/TO Terezinha Aguiar e Luis Carlos Campos, servidores, além de representante da CUT-GO, Stefânia Nolasco, com o Diretor Geral da Unidade, Doutor André Luis Braga.

Durante o encontro o diretor ouviu atentamente os servidores e até relatos de assédio moral sofridos para que às 40 horas fossem cumpridas. Após intensas negociações o Diretor Geral do Hospital Geral de Goiânia, Andre Luis Braga, prometeu analisar a situação dos servidores.

Dias depois o diretor autorizou, com base na **Circular nº 18/2007-SAF de 03 de novembro de 2007** assinada pelo então Superintendente de Administração e Finanças da Secretaria Estadual de Saúde, Antônio Durval de Oliveira Borges, mesmo que temporariamente, o retorno das 30 horas semanais.

Através do **Comunicado Interno (CI) número 291/11, do dia 20 de outubro**, o diretor do HGG deixou claro que a decisão não tem caráter definitivo, devendo ficar em vigor até que haja uma manifestação conclusiva do Secretário Estadual de Saúde, Antônio Faleiros.

Tanto os servidores, quanto o SINTFESP, entendem que a decisão é bem vinda e lembra que as 30h é uma vitória histórica da categoria e destaca que o Sindicato estará acompanhando toda e qualquer investida da parte de gestores estaduais e/ou municipais aos servidores do Ministério da Saúde na exigência de jornada para além da historicamente desenvolvida a quase 30 anos. Todas as informações sobre essa e outras vitórias das 30 horas podem ser conferidas no site do Sintfesp: www.sintfesp.org.br ou da CNTSS: www.cntssc.org.br

O Projeto de Lei 2203 encaminhado ao Congresso Nacional, pelo Governo Federal, traz alterações a mais de quinze carreiras e planos de cargos dos servidores, dentre eles a carreira do PST, Previdenciária e até a do Seguro Social e ANVISA. Durante as negociações com a SRH/MPOG - Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que culminou com a assinatura de um Termo de Acordo, não foram discutidas e negociadas essas mudanças significativas com as entidades sindicais no primeiro semestre deste ano.

Uma das modificações ficou por conta das mudanças nas regras legais do pagamento da insalubridade e periculosidade que era da incidência de percentuais sobre o vencimento básico de 5%, 10% e 20%, conforme grau de exposição ao agente nocivo, para um valor nominal de R\$ 100,00 para grau de exposição mínimo, de R\$ 180,00 para exposição médio e R\$ 260,00 para a máxima. Além de R\$ 180,00 para o pagamento da periculosidade.

Esta nova forma de pagamento, valor fixo, vai gerar perda nos valores pagos da insalubridade e, nestes casos, o PL 2203 propõe pagar a título de VPN I- Vantagem Paga Nominalmente Identificada. Essas perdas variam de R\$ 12,31 a R\$ 691,30. Os médicos peritos do INSS, o nível superior da saúde e o plano especial da Anvisa são os mais prejudicados.

Duas questões devem ser destacadas. A primeira trata-se da natureza do pagamento - VPNI (indenização) - que tem tendência em zerar já que não tem existem medidas legais que garantam a sua manutenção e/ou ajuste dos valores. Além disso, o PL não dispõe de mecanismos de correção dos valores nominais da insalubridade e periculosidade. O Sintfesp é contra essa forma de pagamento, sobretudo porque a mesma não foi negociada na Mesa Central de Negociação do SRH/MPOG, além do que a revisão e manutenção dos valores ficam na dependência do Executivo e do Congresso Nacional em aprovar mecanismos de atualização.

A CNTSS constatou ainda problemas na estrutura remuneratória dos cargos de médicos, reconhecida pelo próprio Ministério da Saúde, que além de não terem o reajuste, ainda permanecerão com os valores inalterados até que a VPNI seja totalmente absorvida. Isto significa mais perda na remuneração.

A CNTSS solicitou ao DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar analise das Emendas, com objetivo de articular a votação e aprovação destas no Plenário do Congresso Nacional.

Vale lembrar que a CNTSS não assinou o Termo de Acordo que resultou na elaboração do PL - 2203, com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento do PST - Previdência, Saúde e Trabalho. Embora tenha considerado alguns avanços na proposta para o Nível Superior do PST, os que tratam dos Níveis Intermediário e Auxiliar não foram satisfatórios.